

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 AS INFLUÊNCIAS DO PROJETO CIENTÍFICO DA MODERNIDADE NO DIREITO BRASILEIRO	19
2.1 AS ORIGENS DO CONSTITUCIONALISMO E O PORQUÊ DE A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA SER COMPREENDIDA COMO MERO ELEMENTO DE ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA POLÍTICA DO ESTADO. O POSITIVISMO NO DIREITO BRASILEIRO	19
2.1.1 O paradigma cartesiano e o desenvolvimento do constitucionalismo e do liberalismo	19
2.1.2 Os reflexos do pensamento científico moderno no Direito brasileiro	24
2.1.3 O imaginário jurídico positivista	28
2.2 A DITADURA DAS CODIFICAÇÕES E A IMPOSIÇÃO DE PRECEITOS AXIOMATIZADOS. O DIREITO BRASILEIRO SUBMETIDO AO MÉTODO NA BUSCA POR SEGURANÇA JURÍDICA E A CONSEQÜENTE CARÊNCIA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO	31
2.2.1 O projeto sistemático do jusnaturalismo	31
2.2.2 O legado do Código Napoleônico	36
2.2.3 A codificação no Direito brasileiro	40
2.3 CAMINHOS PARA SUPERAÇÃO DO POSITIVISMO POR MEIO DA HERMENÊUTICA FILOSÓFICA: O DIRIGISMO CONSTITUCIONAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	46
2.3.1 A hermenêutica filosófica e a construção de uma teoria da Constituição constitucionalmente adequada	47
2.3.2 A compreensão do sentido de Constituição	54
2.3.3 A superação da dicotomia metafísica sujeito-objeto	59
3 A FORÇA DO JOGO	66
3.1 O JOGO COMO ELEMENTO VINCULATIVO NA FORMAÇÃO DOS JUÍZOS AUTÊNTICOS	66
3.1.1 A estrutura do jogo	66
3.1.2 O jogo e os preconceitos	69

3.1.3 Jogo e compreensão	74
3.2 CONSTITUIÇÃO DIRIGENTE E JOGO	79
3.2.1 A “morte” da Constituição dirigente	79
3.2.2 Os “novos” paradigmas das teorias da argumentação	82
3.2.3 O dirigismo no movimento do jogo constitucional	89
3.3 OS PRINCÍPIOS NO MOVIMENTO DO JOGO: A DISTINÇÃO ENTRE REGRAS E PRINCÍPIOS A PARTIR DA FENOMENOLOGIA HERMENÊUTICA DA DIFERENÇA ONTOLÓGICA	94
3.3.1 Considerações preliminares	94
3.3.2 As teorias de Canotilho, Alexy e Dworkin	96
3.3.3 A diferença ontológica entre regras e princípios	104
4 A SUBJETIVIDADE DA OBRA DE ARTE	111
4.1 A FUNÇÃO ONTOLÓGICA DO BELO. A DESTINAÇÃO DA OBRA DE ARTE AO USO E A INEXISTÊNCIA DE UMA PRIMAZIA HERMENÊUTICA DA <i>MENS AUCTORIS</i> EM RELAÇÃO AOS DEMAIS INTÉRPRETES	111
4.1.1 A função ontológica do belo	111
4.1.2 A mediação entre o ideal e o real	115
4.1.3. A inexistência de uma primazia hermenêutica do criador da obra em relação aos demais intérpretes: o problema da “vontade do legislador” e da “vontade da lei”	119
4.2 DA POTENCIALIDADE À CONCRETIZAÇÃO: A TRANSFORMAÇÃO DO ORDENAMENTO JURÍDICO EM “CONFIGURAÇÃO”	125
4.2.1 A “transformação em configuração”	125
4.2.2 Constituição e reconhecimento	127
4.2.3 Vinculação constitucional	139
4.3 A SUBJETIVIDADE DA OBRA DE ARTE E A INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO	141
4.3.1 A supremacia da Constituição	141
4.3.2 A interpretação conforme a Constituição como “método” ou “técnica” interpretativa	144
4.3.3 A interpretação conforme a Constituição como modo de ser-no-mundo do intérprete	149

5 A FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO	155
5.1 A CONSOLIDAÇÃO DO MODELO INTERPRETATIVO KELSENIANO NO DIREITO BRASILEIRO E A QUESTÃO DA ÚNICA RESPOSTA CORRETA: ANÁLISE DO CAPÍTULO VIII DA “TEORIA PURA DO DIREITO” EM FACE DO DIRIGISMO CONSTITUCIONAL	155
5.1.1 O Direito como “moldura” e a impossibilidade de uma única resposta correta ..	155
5.1.2 A discricionariedade como traço característico do modelo interpretativo kelseniano	159
5.1.3 Imaginário e discricionariedade: é possível uma única resposta correta no âmbito do movimento do jogo constitucional?	161
5.2 A SUPERAÇÃO DA DICOTOMIA PÚBLICO-PRIVADO	172
5.2.1 A “constitucionalização” do direito privado: expressão renovada do paradigma da filosofia da consciência	173
5.2.2 O direito constitucional e a força normativa da Constituição: a superação da dicotomia público-privado a partir da Constituição dirigente	177
5.2.3 Direito público, direito privado e circularidade hermenêutica	180
5.3 A FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO E CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	185
5.3.1 Tipologia das liberdades	185
5.3.2 O desenvolvimento da doutrina dos direitos fundamentais	190
5.3.3 A função dirigente dos direitos fundamentais	193
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O DIRIGISMO CONSTITUCIONAL E A ELIMINAÇÃO DOS PRÉ-JUÍZOS INAUTÊNTICOS PELO VÍCIO DA INCONSTITUCIONALIDADE	199
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	210